

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Herbert Victor Levy – Presidente  
Luiz Fernando Ferreira Levy – Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy

Henrique Alves de Araújo

Roberto de Souza Ayres

Delacir Mazzini

Benjamin Constant Correa Junior

23 AGO 1996

GAZETA MERCANTIL

# GAZETA MERCANTIL

SEXTA-FEIRA, 23, E FIM DE SEMANA, 24 E 25 DE AGOSTO DE 1996

*econ. Brasil*

## O crescimento é a única opção

**N**ão há melhor alternativa para o Brasil voltar a crescer a taxas compatíveis com as aspirações de sua população do que o fortalecimento de sua agricultura. Será pelo aumento substancial da renda do setor agrícola, gerador de empregos e de enorme efeito reprodutor sobre a economia, que o País se desenvolverá de forma equilibrada e consistente, sem crises de abastecimento interno de alimentos e dispondo de uma receita em divisas suficiente para manter em posição saudável as suas contas externas.

É a partir dessa constatação fundamental que deve ser vista a proposta do governo de retirada do ICMS sobre a exportação de produtos primários ou semi-elaborados. Na realidade, essa é uma decisão que o País tem de tomar agora e, se não o fizer, pode vir a pagar um alto preço. O noticiário da semana passada, de que o governo teria chegado a um acordo com os governos estaduais a respeito, fez com que os produtores rurais passassem a acreditar que a agricultura, finalmente, teria sido inscrita entre as prioridades do País, e é preciso fazer tudo para que essa expectativa não venha a frustrar-se.

Não se trata apenas de evitar a retenção de parte da produção agrícola que deveria ser exportada, o que prejudicaria a receita cambial neste momento. Até certo ponto, tem credibilidade a informação de que, na esperança de maiores ganhos, empresas estariam segurando suas vendas à espera da aprovação da medida pelo Congresso. Algumas podem fazê-lo, mas a grande maioria dos exportadores, descapitaliza-

dos, vai realizar, por absoluta necessidade, as vendas como anteriormente previsto.

Não está aí o maior prejuízo que pode advir para a agropecuária nacional e atividade exportadora em geral. Se o projeto não for aprovado logo, e corre sério risco de não o ser em face do retardamento de sua tramitação (só na próxima semana a Câmara dos Deputados irá resolver se deve dar-lhe urgência ou não), será inescapável a conclusão de que, apesar das propaladas intenções de seus governantes, o

**Se não desonerar  
as exportações,  
o País poderá  
estar se  
autocondenando  
ao atraso**

Brasil não consegue deixar de ser um exportador de impostos.

Podemos compreender as resistências que vêm opondo ao projeto os governadores de alguns estados fortemente dependentes das receitas do ICMS sobre produtos primários ou semi-elaborados. O esquema proposto pelo governo central para compensação, embora dinâmico, não satisfaz alguns estados, que se vêem diante de conhecidas dificuldades financeiras. De sua parte, a equipe econômica tem de agir com cuidado para evitar que o sistema a ser implantado, que deve vigorar pelo período de alguns anos, até que o País aprove uma verdadeira reforma tributária, ocasione uma elevação do déficit fiscal. A saída é cortar despesas, o que o governo se dispõe a fazer, não obstante seja tolhido por sérias limitações por não ter sido aprovada a reforma administrativa.

São grandes obstáculos, sim, mas que têm de

ser vencidos. Como afirmou o economista Fernando Homem de Mello, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da USP, “a isenção do ICMS sobre as exportações é a mais importante medida de política agrícola dos últimos tempos”. Com base nas cotações atuais das principais commodities, ele calcula que US\$ 1,5 bilhão poderia ser injetado no agribusiness brasileiro no primeiro ano de vigência e US\$ 2 bilhões a US\$ 2,5 bilhões nos próximos três anos.

Pode-se alegar que, como sói ocorrer, os importadores de nossos produtos agrícolas, tendo ciência de que o custo FOB do produto baixou, tentariam tirar vantagem. Ou seja, as cotações das commodities poderiam cair em certa medida nas bolsas internacionais. É uma questão de força, um verdadeiro cabo-de-guerra, mas os exportadores nacionais sabem lidar com isso.

Contudo, mesmo dando certa margem para esse jogo, é certo que os milhões de reais que seriam destinados à agricultura nessa fase seriam decisivos para a sua capitalização em definitivo, projetando o Brasil permanentemente como um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas. Convém lembrar, a propósito, que as análises de todos os especialistas projetam uma poderosa demanda de alimentos nos próximos anos, à medida que se desenvolvem ou se abrem os grandes mercados da China, Índia, Rússia e outros países.

A opção a fazer é, portanto, pelo crescimento interno e pela afirmação nos mercados internacionais. Não podemos nós autocondenar ao atraso. ■